



[Traduções]

Teorias contemporâneas da expropriação: origens, expropriação da natureza e novas perspectivas da incorporação

Kontemporäre Landnahmetheorien: Ursprünge, Landnahme der Natur und neue Perspektiven auf Einverleibung

Anna Saave¹

¹ Universidade de Freiburg, Freiburg im Bresigau, Baden-Württemberg, Alemanha. E-mail: anna.saave@upt.uni-freiburg.de. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4922-1501>.

Versão original: SAAVE, Anna. “Kontemporäre Landnahmetheorien: Ursprünge, Landnahme der Natur und neue Perspektiven auf Einverleibung” (manuscrito inédito).

Tradução recebida em 10/04/2025 e aceita em 31/05/2025.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resumo

Este artigo examina as teorias contemporâneas da expropriação (*Landnahme*), interpretando as crises sociais e socioecológicas atuais como manifestações de uma crise sistêmica mais profunda, inerente ao modo de produção capitalista. Central para a análise é a “relação interior-exterior”: enquanto a expropriação extrai recursos de um “exterior” para dentro da esfera econômica oficial, sua dinâmica complementar de externalização garante que certos recursos permaneçam disponíveis além dos limites oficiais do capitalismo. Revisitando os fundamentos teóricos estabelecidos por Marx e Luxemburgo, o artigo traça o desenvolvimento das teorias da expropriação desde os anos 1980, incluindo contribuições feministas. São destacados debates recentes em língua alemã, como valorização (*Inwertsetzung*) (Altvater & Mahnkopf, Görg), extrativismo pós-fóssil (Tittor), expropriação verde (Backhouse) e incorporação (*Einverleibung*) (Saave). O artigo esclarece os fundamentos conceituais da expropriação e demonstra como a acumulação capitalista depende fundamentalmente da expropriação de partes externalizadas.

Palavras-chave: Expropriação; Incorporação; Relação interior-exterior.

Abstract

This article examines contemporary theories of appropriation (*Landnahme*), framing today's social and socio-ecological crises as manifestations of a deeper systemic crisis inherent to the capitalist mode of production. Central to the analysis is the "inside–outside relationship": while appropriation draws resources from an “outside” into the official economic sphere, its complementary dynamic of externalization ensures that certain resources remain available beyond capitalism's official confines. Revisiting the theoretical foundations laid by Marx and Luxemburg, the article traces the development of appropriation theories since the 1980s, including feminist contributions. It highlights recent German-language debates, such as *Inwertsetzung* (Altvater & Mahnkopf, Görg), postfossil extractivism (Tittor), green enclosures (Backhouse), and *Einverleibung* (Saave). The article clarifies the conceptual foundations of appropriation and demonstrates how capitalist accumulation fundamentally depends on the appropriation of externalized parts.

Keywords: Appropriation; *Einverleibung*; Inside-outside-relationship.



Introdução

O presente é caracterizado por inúmeros problemas sociais e socioecológicos interligados. Quando pessoas trabalham como mão de obra migrante barata em países mais ricos, atuando como cuidadores ao longo das cadeias transnacionais de cuidado¹, ou quando grandes quantidades de plástico chegam aos oceanos, formando crostas semelhantes a fósseis sobre as rochas, esses não são eventos isolados. A pobreza, a crise no setor de cuidados e a perda da biodiversidade são expressões de uma crise mais profunda que está intimamente ligada ao modo de produção capitalista. Essas crises, que se manifestam em conceitos como a exploração do trabalho de cuidado, a crise socioecológica, as mudanças climáticas ou o Antropoceno, têm um núcleo comum: o contexto de valorização do que chamo de relação interior-exterior do modo de produção capitalista.

Esse contexto de valorização opera com duas dinâmicas principais, uma das quais está no primeiro plano deste artigo: expropriação. A expropriação traz recursos para o contexto de valorização. Sua contraparte, a externalização, garante que os recursos que podem ser expropriados estejam disponíveis em uma área externa e externalizada. Na elaboração teórica marxista, existem atualmente diferentes tentativas de explicar e tornar moldáveis os diversos problemas mencionados acima. As perguntas centrais são: como explicar os impactos globais e locais da produção e acumulação capitalistas? E como pode ser alterada a ação econômica?² Portanto, se ainda estamos pensando no capitalismo em tempos de fenômenos de crise socioecológica, é para reconhecer as raízes desses problemas.

Esse tipo de pesquisa sobre as causas e o trabalho conceitual a ela associado são decisivos, porque o contexto de valorização da relação interior-exterior do modo de produção capitalista deve ser ainda mais explicitado do que tem sido feito na economia convencional até o momento. O conceito alemão expropriação (*Landnahme*)³ é um

¹ Hochschild (2000) cunhou o termo cadeias globais de cuidado ou cadeias transnacionais de cuidado para descrever que os trabalhadores de cuidado — especialmente muitas mulheres nas profissões de cuidado e médicas — trabalham como mão de obra migrante barata nos países mais ricos, o que gera uma lacuna de cuidado nos países de origem. As cadeias globais de cuidado são um exemplo de como o trabalho remunerado de cuidado é organizado de maneira altamente racializada e de generificada.

² Essas questões estão sendo abordadas atualmente a partir de perspectivas tão diversas quanto as teorias de trocas ecologicamente desiguais (Hornborg, 2013) ou a teoria da reprodução social (Bhattacharya, 2017).

³ [NT] Seguimos a opção de tradução de César Mortari Barreira, que, na nota de tradução do livro *Teorema da expropriação capitalista*, de Klaus Dörre, traduziu *Landnahme* como “expropriação”. *Landnahme* significa literalmente “apropriação de terras”, mas não pode ser reduzido à expressão em inglês *land grabbing*,



conceito teórico, em parte metafórico, que não pode ser traduzido de forma unívoca para o inglês *land grabbing*. O conceito é frequentemente atribuído a Rosa Luxemburgo, que, no entanto, recorreu ao conceito de incorporação (*Einverleibung*)⁴, o qual também foi usado em alguns lugares por Marx.⁵

As teorias da expropriação pressupõem a existência de um suposto exterior – uma área separada do modo de produção capitalista oficial que é utilizada de um modo específico: por meio da expropriação ou da incorporação. A expropriação traz recursos do exterior para o interior oficialmente econômico, onde a forma-mercadoria, o trabalho assalariado e a propriedade privada são determinantes. Embora o interior e o exterior do modo de produção capitalista sejam organizados de forma diferente e, portanto, haja uma separação entre essas áreas, as duas estão intimamente entrelaçadas. Elas fazem parte de um contexto econômico mais geral (Saave, 2022). Além da exploração do trabalho assalariado no interior, o exterior também se torna funcional para a acumulação de capital. As teorias da expropriação visam capturar com precisão essa utilização específica do exterior. Quando falo do exterior, não quero sugerir que ele exista independentemente do modo de produção capitalista. Assim, interior e exterior não significam nacional e estrangeiro, mas diferentes locais de produção ou áreas de uma sociedade que se diferenciam pelo fato de a produção capitalista, no sentido mais restrito, predominar ali ou não.

Por um lado, é necessário tematizar a expropriação porque a relação entre a acumulação capitalista e o exterior dificilmente é abordada na economia neoclássica —

corrente no debate contemporâneo, a qual possui um sentido mais preciso. *Landnahme* refere-se a um processo expansionista do capitalismo mais amplo, que se correlaciona com outros substantivos: *Aneignung* [apropriação], *Enteignung* [desposseção], *Usurpation* [usurpação], *Eroberung* [conquista], etc. Segundo Barreira, juntos esses substantivos “compõem uma espécie de gramática das técnicas de tomada capitalista do espaço, em que um ‘outro’ (um território ou mesmo uma população) ainda não mercantilizado — tanto nacional como internacionalmente — é objeto de mercantilização, seja pelo Estado, seja pelo mercado.” (Barreira, 2022, p. 17).

⁴ [NT] Optamos por traduzir o substantivo *Einverleibung* como “incorporação” e o verbo *einverleiben* como “incorporar”. Essa escolha leva em consideração a etimologia do termo alemão, cuja raiz *der Leib* remete ao “corpo” enquanto existência física ou orgânica (*das leibliche Wesen*). Assim, “incorporar” — no sentido literal de tornar parte de um corpo — é, em nossa percepção do idioma, a tradução mais precisa e coerente. Essa opção também se alinha com a perspectiva feminista presente no artigo. Cabe, contudo, uma observação importante para o contexto brasileiro: o termo “incorporação” pode evocar conotações próprias do mercado imobiliário — como em “incorporação imobiliária” ou “empresa incorporadora” — que não correspondem ao uso conceitual empregado pela autora. Por fim, vale destacar que no próprio resumo em inglês do artigo, a autora optou por manter o termo original em alemão — *Einverleibung* — o que reforça o caráter específico da noção.

⁵ Luxemburgo também usa um conceito relacionado em sua imagética quando fala do “cerco” aos trabalhadores na África do Sul (Luxemburg, 1990, p. 313/Anm; Saave, 2022, p. 85). Embora Luxemburgo se refira a uma cerca que prende os trabalhadores, uma primeira metáfora semelhante à da expropriação poderia estar sugerida nesse ponto.



muitas vezes nem sequer o próprio modo de produção capitalista é tematizado. Em contrapartida, a economia política marxista lidou explicitamente com a acumulação de capital, mas, para explicá-la, concentrou-se por muito tempo apenas na exploração formal do trabalho assalariado e na contradição entre capital e trabalho assalariado (Harvey, 2003b, p. 169). A revelação complementar da relação entre os interesses do capital e o exterior do modo de produção capitalista ou entre a produção capitalista e a (re)produção socioecológica (Biesecker and Hofmeister, 2006, 2010) não é relevante apenas para teóricos e economistas políticos — essa transparência é necessária se uma sociedade quiser se reproduzir de forma sustentável.

O objetivo das teorias da expropriação é criar as bases terminológicas e conceituais para economias alternativas práticas. Este artigo, portanto, delinea as origens das teorias da expropriação, analisa um espectro de abordagens contemporâneas atualmente em destaque na Europa Central e faz um excuro sobre as teorias da "expropriação verde" (*grüne Landnahme*). Com isso, tento oferecer uma proposta de diálogo para o desenvolvimento futuro das teorias da expropriação.

Como nem todas as teorias utilizam a metáfora da expropriação ou se referem a recursos que podem ser caracterizados como 'terra', as abordagens reunidas aqui também podem ser categorizadas de forma mais geral como teorias da incorporação. O conceito de incorporação sugere a devoração ou absorção de algo por outro. No contexto deste campo de pesquisa, a incorporação significa trazer recursos ou força de trabalho do exterior para o interior do modo de produção capitalista. Essa dinâmica é resumida de diferentes modos nas abordagens discutidas neste artigo. Apesar de suas raízes comuns no materialismo histórico, será demonstrado que essas teorias se tornaram altamente diferenciadas e que analisam o modo de produção capitalista com ênfases diferentes. É necessário aproveitar essa riqueza de conhecimento para desenvolver políticas ecológicas e sociais.

1. Primeiras teorias da expropriação: Marx e Luxemburgo

1.1. Acumulação primitiva: Karl Marx

Na introdução, já foi mencionado o modo de produção capitalista. Entretanto, não é evidente falar de capitalismo. Ao confrontar-se com os escritos econômicos de seu



tempo, Karl Marx preparou o caminho para sua definição teórica. Hoje, temos à nossa disposição os conceitos do modo de produção capitalista ou capitalismo. Com esse vocabulário, é possível distinguir o modo de produção capitalista de outros modos de atividade econômica. Marx descreve, em sua obra principal *O Capital*, especialmente em suas análises sobre a "chamada acumulação primitiva" (MEW 23, 741–91)⁶, como foi possível o surgimento do modo de produção capitalista. Nessa obra, ele traça como um interior do modo de produção capitalista surge em um determinado período e em determinadas regiões do mundo. Desde então, suas descrições dos fatos históricos foram muitas vezes corrigidas ou, pelo menos, mais diferenciadas (Brenner, 1976; Aston e Philpin, 1987). Contudo, a própria descrição de Marx da acumulação primitiva continua sendo interessante para compreender sua explicação da formação do interior.

Conforme Marx, a acumulação primitiva é um processo de cercamento dos bens comuns⁷ e, portanto, a garantia violenta da propriedade privada e a despossessão da população camponesa. Marx começa retomando uma ideia de Adam Smith, que já em 1776 se perguntava sobre o papel da acumulação (MEW 23, 741; Foster e Clark 2018, 23), nesse caso a concentração de capital, na transição de uma sociedade de subsistência para uma sociedade baseada na divisão do trabalho (Smith, 1975).⁸ Marx também investigou a acumulação de capital, mas em relação ao surgimento do modo de produção capitalista e, portanto, foi além da questão da criação de recursos para a produção em grande escala.

Para Marx, a acumulação primitiva é importante porque representa a "pré-história do capital" (MEW 23, 742). Ela marca a transição da sociedade feudal para a capitalista a partir do século XVI na Europa (MEW 23, 743), mas, ao mesmo tempo, Marx também aponta para contextos globais e coloniais de utilização de recursos nessa

⁶ [NT] As citações da *MEW* referem-se à edição alemã das obras completas de Karl Marx e Friedrich Engels, *Marx-Engels-Werke*, utilizada pela autora do artigo. Sempre que possível, optamos por seguir as traduções correntes em português, no Brasil, com o objetivo preservar a familiaridade com a terminologia já consolidada entre os leitores. É o caso, por exemplo, da expressão *ursprüngliche Akkumulation*, traduzida aqui como "acumulação primitiva".

⁷ O termo *alme(i)nde*, do alto-alemão médio, designava um bem comunitário, por exemplo, um pasto da aldeia, que podia ser utilizado comunitariamente.

⁸ Uma sociedade baseada na divisão do trabalho exige, em primeiro lugar, a acumulação de capital (no original em inglês: *stock*) na forma de matérias-primas e ferramentas, porque elas devem estar em estoque para o tecelão, pois estas precisam estar, por exemplo, à disposição do tecelão, de modo que ele esteja suprido "para seu trabalho" (Smith, 1975, p. 3) até que não apenas tenha terminado seus produtos de tecelagem, mas também os tenha vendido. Smith mostra, com o exemplo do tecelão, que a divisão social do trabalho deve ter sido precedida pela acumulação de um maior estoque de matérias-primas e ferramentas. Para uma análise das origens dessa ideia na economia política clássica, ver Perelman (1983).



transição.⁹ Na Europa, o modo de produção capitalista é estabelecido por meio da acumulação primitiva, especialmente por meio de seu momento central de separação dos produtores dos meios de produção.

Além de uma definição teórica, Marx ilustra processos concretos e histórico-empíricos de acumulação primitiva usando principalmente exemplos da história da Inglaterra (z. B. MEW 23, 744–769). Ele não se limita a descrever historicamente esse processo em um país específico, mas também busca extrair dele características gerais. A acumulação primitiva é, portanto, um fenômeno econômico que pode ser apreendido de forma abstrata, mas que se realiza em processos concretos: nessa transição, algumas pessoas se tornam "proprietárias de dinheiro, meios de produção e alimentos" (MEW 23, 742) e acumulam riqueza, enquanto outras têm apenas sua própria força de trabalho à disposição. Isso é acompanhado por uma "polarização do mercado de mercadorias" (MEW 23, 742) entre capitalistas ou proprietários dos meios de produção e trabalhadores¹⁰ que (devem) vender sua força de trabalho. O resultado da acumulação primitiva é uma relação social que Marx chama de "relação de capital" (MEW 23, 742). Assim, a acumulação primitiva "nada mais é do que o processo histórico de separação entre produto e meios de produção" (MEW 23, 742), ao final do qual se encontra a relação de capital entre trabalhadores e capitalistas. Uma vez que isso seja estabelecido, a acumulação de capital pode ocorrer no interior do modo de produção capitalista.

Mas em quais processos abstraíveis Marx vê ocorrer a acumulação primitiva? Marx resume esses processos como "conquista, subjugação, roubo e assassinato, em suma, violência" (MEW 23, 742), o que deixa claro que ele encara criticamente a acumulação primitiva e a enquadra como um processo violento e gerador de sofrimento. Em uma visão geral útil, David Harvey lista os processos discutidos por Marx:

1. a comoditização e a privatização do solo (a transformação da terra em uma mercadoria e sua apropriação privada) e o deslocamento forçado da população camponesa,
2. a conversão de diferentes direitos de propriedade (públicos, coletivos, estatais, etc.) em direitos de propriedade privada exclusivos e a supressão dos direitos da coletividade,

⁹ Outros, por outro lado, remontam historicamente o surgimento do capitalismo ao comércio de escravos e ao mercantilismo (Aston e Philpin, 1987). Fora do capítulo sobre a acumulação primitiva, Marx descreve, n'*O Capital*, em termos de conteúdo, mais especificamente o capitalismo industrial em relação à época.

¹⁰ O próprio Marx fala apenas de capitalistas e trabalhadores, embora ele certamente tivesse em mente a presença de mulheres na classe trabalhadora. De fato, a composição de gênero da classe trabalhadora precisa ser analisada em cada contexto específico, como observam Foster e Clark: "As trabalhadoras eram tão dominantes nos setores de algodão, lã, seda, linho, rendas e outros setores têxteis no cerne da indústria, que até meados do século XIX constituíam a principal fonte de mais-valia para a classe capitalista industrial emergente." (Foster e Clark 2018, p. 2)



3. a transformação da força de trabalho em uma mercadoria e a supressão de formas alternativas e tradicionais de produção e consumo,
4. processos coloniais, neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais),
5. a monetarização da troca e da tributação (especialmente da terra);
6. o comércio de escravos e
7. a usura, a dívida pública e, por fim, o sistema de crédito. (Harvey, 2003a, p. 17)

Dois níveis importantes de acumulação primitiva podem ser distinguidos nesses processos. Alguns dos processos se referem a processos históricos na Europa, onde a despossessão da população camponesa e a separação das pessoas que viviam da produção de subsistência de seus meios de produção estavam em primeiro plano, o que resultou em sua disponibilidade como classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, alguns processos vão além da Europa: "a expansão capitalista foi alimentada pelo colonialismo e pela concentração do capital mercantil. Para Marx (1906 [1867]: 786), ambos os processos fazem parte de um processo global de acumulação." (Costa e Gonçalves, 2020, p. 7).

Se compararmos os processos específicos com os desenvolvimentos atuais, vários fenômenos contemporâneos poderiam ser interpretados como formas de acumulação primitiva, como, por exemplo, os conflitos pelo acesso à terra na região amazônica (Backhouse, 2015). Os fenômenos atuais podem geralmente ser grosso modo classificados em uma dessas categorias. Entretanto, os processos atuais diferem em detalhes dos exemplos de Marx porque são historicamente contingentes: devido apenas à mudança tecnológica e à globalização, há outras maneiras de suprimir os direitos da coletividade ou de se apropriar de ativos, diferentes das que existiam na época de Marx. Como não é possível traçar uma analogia simples entre processos concretos em diferentes tempos e lugares, surge a pergunta sobre até que ponto o aspecto econômico-teórico da acumulação primitiva pode ser transferido para os desenvolvimentos atuais. Até que ponto um processo pode ser diferente dos listados acima para que ainda seja considerado acumulação primitiva?¹¹ Maria Backhouse responde a isso concentrando-se no aspecto da separação entre os produtores e os meios de produção, que é importante para a acumulação primitiva.¹¹ Se essa separação ou sua consolidação por meios

¹¹ De Angelis define a acumulação primitiva não apenas como a ruptura entre diferentes modos de produção, mas também como um processo contínuo, desde que sejam dadas as condições para uma separação "ex novo" entre produtores e meios de produção (De Angelis, 2001, p. 9). Suas considerações correspondem às de Braudel (1981) sobre a economia capitalista como uma economia mundial, na qual a acumulação em um determinado lugar corresponde à acumulação primitiva em outro lugar e na qual a separação "ex novo" estabiliza outra separação já estabelecida entre os produtores e os meios de produção (De Angelis, 2001, p. 11).



extraeconômicos, como a violência jurídica (Gonçalves, 2019), estiver presente em um desenvolvimento atual, ainda é uma questão de acumulação primitiva.

O critério da separação dos produtores dos meios de produção permite a identificação de exemplos concretos de acumulação primitiva e torna tangíveis os pontos listados em 1-4. Por exemplo, a despossessão e a expulsão da população rural camponesa na Europa Central desempenham hoje um papel comparativamente menor, enquanto nos conflitos de terra na América Latina por exemplo, esse momento pode ser identificado com mais força. Alguns fenômenos atuais desafiam a comparação com os exemplos citados por Marx. Mas deve ser cumprido pelo menos o critério mínimo de que um processo produz ou perpetua a relação de capital. Ademais, são questionados os processos que garantem a acumulação de capital além da exploração do trabalho assalariado no interior, ou seja, além da relação de capital estabelecida.

A acumulação primitiva é um primeiro passo lógico e histórico na fundação da relação de capital. A separação entre os produtores e os meios de produção é, portanto, uma condição básica para o modo de produção capitalista. Ela produz o interior do modo de produção capitalista, onde a força de trabalho dos trabalhadores assalariados pode ser explorada para que os capitalistas possam extrair a mais-valia e, assim, acumular capital.

1.2. Acumulação primitiva contínua: Rosa Luxemburgo

Com base na tese de que um modo de produção capitalista se estabeleceu por meio de processos de acumulação primitiva, surgem novas questões: O que está fora desse modo de produção? Será que (ainda) existe um exterior? E, em caso afirmativo, ele continua a existir após o estabelecimento do modo de produção capitalista? Rosa Luxemburgo fornece duas respostas claras a essa pergunta: em primeiro lugar, há um exterior ao modo de produção capitalista e, em segundo lugar, ele ameaça ser cada vez mais incorporado. Luxemburgo desenvolve sua posição sobre isso em uma análise do esquema de reprodução ampliada de Marx (MEW 24, 485–518). Reflexões correspondentes podem ser encontradas na terceira parte de sua obra principal, *A acumulação de capital*. O tratamento preciso que ela faz do esquema vai além do escopo deste artigo, e é por isso que antecipo dois argumentos principais de sua crítica (mais detalhadamente em Saave, 2022). Por um lado, Luxemburgo critica Marx por partir do domínio exclusivo do modo de produção capitalista no esquema (Luxemburg, 1990, p.



283) e, portanto, excluir a existência de outros modos de produção ou, pelo menos, abstraindo-os. Por outro lado, ela critica Marx por descrever uma sociedade composta apenas de capitalistas e trabalhadores fora de seu capítulo sobre acumulação primitiva (Luxemburg, 1990, p. 283). Isto resulta na questão que Luxemburgo procura responder: como a acumulação de capital é bem-sucedida quando uma sociedade é composta por mais grupos do que trabalhadores e capitalistas e o modo de produção capitalista não é a única forma econômica existente?

Em uma análise da "dificuldade" (MEW 24, 499) identificada pelo próprio Marx no seu esquema de reprodução ampliada, Luxemburgo chega à conclusão: o esquema não pode mostrar o que deveria mostrar precisamente por causa do alto grau de abstração das realidades sociais e das pressuposições estreitas do modelo que Marx adota. Ele não pode mostrar que, no sentido desse modelo, a produção capitalista abstrata pode produzir e acumular capital por si só. Em outras palavras: o esquema de reprodução ampliada é representado de forma demasiadamente abstrata para descrever as condições de acumulação de capital. Ele abstrai falsamente aspectos importantes da acumulação capitalista:

- 1) da existência de mais grupos em uma sociedade do que apenas a classe trabalhadora e os 'capitalistas',
- 2) da necessidade de outros mercados de consumo para os produtos capitalistas (meios de produção e meios de consumo) além dos mercados de consumo da classe trabalhadora e da própria classe capitalista,
- 3) da necessidade de dispor de outros meios de produção e força de trabalho além daqueles já representados nos setores de produção de meios de produção e meios de consumo do esquema. (vgl. Luxemburg, 1990, pp. 297–298)

Luxemburgo não rejeita as abstrações teóricas em si. Em vez disso, ela pressupõe que mesmo a teorização abstrata do modo de produção capitalista não pode prescindir do componente de um meio não capitalista (Luxemburg, 1990, p. 314).¹² A solução, de acordo com Luxemburgo, está na inclusão de sociedades "que não produzem de forma capitalista" (Luxemburg, 1990, p. 300). Os compradores de bens de consumo que não são consumidos por trabalhadores ou capitalistas são, de fato, "classes e países não capitalistas" ou "um meio social não capitalista" (Luxemburg 1990, 301, 302, 316). A interpretação da acumulação primitiva como um processo contínuo implica que ela deve

¹² Harvey também concorda com a interpretação de Luxemburgo sobre a acumulação primitiva de Marx, ao julgar que as suposições feitas por Marx sobre a reprodução ampliada excluem a tematização da acumulação primitiva, uma vez que esta já deve estar concluída para que a acumulação ocorra como reprodução ampliada (Harvey, 2003b, p. 16).



fazer parte de uma crítica ao capitalismo para evitar um enfoque unilateral nos problemas da exploração do trabalho assalariado. Ao contrário de Marx, que considera a interligação do modo de produção capitalista com áreas não capitalistas principalmente como um fenômeno relacionado à acumulação primitiva, no momento da o surgimento do capitalismo, Luxemburgo supõe que "mesmo em sua plena maturidade, o capitalismo depende, em todos os aspectos, da existência simultânea de classes e sociedades não capitalistas" (Luxemburgo, 1990, 313–314).

Para Luxemburgo, o exterior do modo de produção capitalista cumpre um total de quatro funções para a acumulação de capital. O enquadramento do exterior não capitalista como uma área de mercados de consumo necessários é quase exclusivamente adotado. Mas ela também evidencia que há também uma busca por meios de produção (baratos) para realizar a mais-valia em áreas não capitalistas (Luxemburgo, 1990, p. 307)¹³. Além disso, os bens produzidos de forma não capitalista desempenham um papel central na acumulação de capital. A esses bens Luxemburgo inclui, por exemplo, grãos da produção agrícola na Europa, mas também algodão bruto das colônias (Luxemburgo, 1990, p. 301).¹⁴ Logo a produção não capitalista pode ocorrer tanto em regiões dominadas pelo capitalismo quanto em outros locais que não são caracterizados primordialmente pela produção capitalista. Assim, Luxemburgo se opõe à suposição de Marx de que o modo de produção capitalista é geralmente predominante e que todos os meios de produção e bens de consumo são produzidos de forma capitalista.¹⁵ Por fim, Luxemburgo também aborda o exterior não capitalista como um reservatório de força de trabalho que pode ser usado como força de trabalho dependente de salário no processo de produção capitalista (Luxemburgo, 1990, pp. 311–312).

Com base nisso, Luxemburgo pergunta como a relação funcional entre o interior e o exterior se desenvolverá e argumenta que "a acumulação capitalista necessita, para seu movimento, de formações sociais não capitalistas em seu entorno, avança em constante metabolismo com elas e só pode existir enquanto encontrar esse meio"

¹³ Essa ideia também é a base da teoria do imperialismo de Luxemburgo (Schmidt, 2013b).

¹⁴ Essa tematização das colônias no contexto da acumulação de capital foi pioneira: "Foi um grande mérito de Rosa Luxemburgo ter visto que as relações entre o centro e a periferia dependem dos mecanismos de acumulação primitiva, porque o que está envolvido não são os mecanismos econômicos característicos do funcionamento interno do modo de produção capitalista, mas as relações entre esse modo de produção e as formações que diferem dele." (Amin, 1974, p. 61).

¹⁵ O que ele não deseja refutar é o domínio do modo de produção capitalista, ou seja, a ideia de que o modo de produção capitalista influencia significativamente outras formas de produção e de vida.



(Luxemburgo, 1990, p. 315). Essa existência comum decorre unilateralmente em detrimento da área não-capitalista, que é constantemente destruída:

Se o capitalismo vive, portanto, de formações não capitalistas, vive, mais precisamente, da ruína dessas formações, e se ele necessita absolutamente do meio não capitalista para a acumulação, precisa dele como solo fértil, às custas do qual, por meio de sua absorção, a acumulação ocorre. (Luxemburg, 1990, p. 363)

Dessa forma, não é possível uma coexistência pacífica do modo de produção capitalista e das classes e sociedades não capitalistas. Entendida como a ocupação de um meio não capitalista (Hirte, 2016, p. 275), Luxemburgo usa o conceito de incorporação para esse desenvolvimento destrutivo, que ela adota de Marx, e, como o verbo, ela usa principalmente incorporar (*einverleiben*) (Luxemburg, 1990, 305; MEW 23, 630). Para Luxemburgo, a incorporação capitalista é, portanto, uma relação funcional do interior do modo de produção capitalista com um exterior, na forma de classes e sociedades não capitalistas, em que o exterior é progressivamente destruído.

Foi graças a Luxemburgo que ficou livre o caminho para determinar a dependência permanente da acumulação de capital em relação a um fator externo do modo de produção capitalista a partir de uma perspectiva marxista.¹⁶ Enquanto esse meio não capitalista existir, as empresas ou os capitais individuais sempre aproveitarão a possibilidade para incorporar esse exterior a baixo custo nos processos de acumulação primitiva contínua, pois isso corresponde à lógica de valorização generalizada no interior do modo de produção capitalista. A prática de utilização, ou seja, de incorporação e externalização do externo se generalizou de tal maneira que se tornou uma 'obrigação' para as empresas individuais participarem. As análises de Luxemburgo inspiraram muitas teorias posteriores de acumulação primitiva contínua ou da expropriação (Harvey 2003b; Dörre 2013a; Arendt 2006, 333).

¹⁶ Para uma crítica ao desenvolvimento posterior dessa tese por Harvey, consultar Fontes (2017, pp. 2201–2208).



2. Teorias da expropriação na Europa e nos Estados Unidos desde 1980

2.1. As três colônias: Abordagem da Subsistência

Dar forma a um sistema social e econômico que não se baseie na "exploração das pessoas e da natureza" (Bennholdt-Thomsen, Mies e von Werlhof 1988, III) não é apenas o objetivo das lutas ecofeministas atuais ou do movimento pós-crescimento, mas também da abordagem de subsistência desenvolvida por sociólogas feministas na década de 1980.¹⁷ Originalmente pensada como uma contribuição para o debate sobre o trabalho doméstico das décadas de 1970 e 1980¹⁸, a abordagem agora é considerada uma contribuição teórica independente para os debates marxistas sobre o modo de produção capitalista (Brie, 2016, p. 280).

Luxemburgo delimitou o exterior, que é essencial para a acumulação de capital, às "classes e formas sociais" de produção não capitalistas (Luxemburg, 1990, p. 308). As autoras da abordagem de subsistência, Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia von Werlhof¹⁹, concretizam ainda mais esse exterior e adotam uma perspectiva internacional, de crítica à colonização e feminista. Elas propõem entender o exterior do modo de produção capitalista como três colônias: as mulheres, o meio ambiente e os agricultores de subsistência do Sul Global são semelhantes em sua função para a acumulação de capital (Oksala, 2018, p. 223). É a lógica de acesso a elas que as torna comparáveis, porque são usadas como colônias para maximização do lucro e "definidas na natureza" (Mies, 2015, p. 130).²⁰

Com base em Luxemburgo e em sua própria pesquisa empírica, elas também questionam a existência de apenas duas classes: qual papel desempenham os agricultores que trabalham em economias de subsistência no Sul Global para a acumulação de capital? Até que ponto o trabalho das donas de casa, ou, de modo mais geral, todo o trabalho que não é realizado como trabalho assalariado, está envolvido na acumulação? Em contraste

¹⁷ O desenvolvimento da abordagem de subsistência está historicamente ligado ao surgimento do ecofeminismo, como pode ser lido em Gaard (2011).

¹⁸ Esse debate tratou da possibilidade de transferir a noção de produtividade do trabalho em Marx para o trabalho doméstico e examinar se o trabalho doméstico também produz mais-valia e é produtivo nesse sentido (Mies, 2009, p. 260). Entre outras coisas, foi discutido até que ponto a opressão das mulheres é resultado das condições econômicas (Heck, 2011, p. 408) e se as donas de casa, ao invés de os trabalhadores, representam o verdadeiro sujeito revolucionário.

¹⁹ As autoras também são conhecidas como as pesquisadoras da tradição de Bielefeld ou *Bielefelderinnen*, pois se reuniram no final dos anos 1970 durante as conferências sobre subdesenvolvimento e reprodução de subsistência no Instituto de Sociologia em Bielefeld (Mies, 2009, p. 259).

²⁰ Federici, por exemplo, também enfatiza essa conexão em sua formulação "Mulheres, os Selvagens da Europa" (Federici, 2004, p. 100).



com Luxemburgo, a abordagem de subsistência enfatiza mais fortemente que não apenas os países não capitalistas são afetados pela acumulação primitiva contínua — a reprodução privada e social também é incorporada, e isso em meio às sociedades capitalistas. Embora Luxemburgo de forma alguma localize o meio não capitalista apenas no "exterior", a abordagem de subsistência torna mais clara a proximidade espacial do não capitalista como uma "colônia interna" (Mies, 2015, p. 186): "como parte da população assume o trabalho de subsistência necessário sem provocar custos para o capital, a possibilidade de apropriação do trabalho excedente para o capital aumenta enormemente" (Bennholdt-Thomsen, 1981, p. 44). Por meio da extração ou da "apropriação saqueadora" (Bennholdt-Thomsen, Mies e von Werlhof 1988, 184–85) do trabalho excedente, "o capital pode renunciar ou ignorar a responsabilidade pelo tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e da família" (Bennholdt-Thomsen, 1981, p. 35).

Ao definir as mulheres, o meio ambiente e os países do então chamado Terceiro Mundo como colônias, as autoras contrariam a visão de que a relação entre o trabalho assalariado e o capital (ainda) representa a relação capitalista de produção (Mies, 2015, p. 76). A mudança de perspectiva aqui é dupla: emergem não apenas atividades que vão além do trabalho assalariado, como a agricultura de subsistência e o trabalho doméstico, mas também sua dependência de processos do ambiente natural. Todas essas áreas deixam de ser vistas como condições básicas necessárias para a acumulação de capital, embora permaneçam em segundo plano, sendo, ora implicitamente, ora explicitamente, arrastadas junto na teoria. Em vez disso, são trazidas para o centro da teoria econômica como uma parte da acumulação de capital que foi até então invisibilizada. Como resultado, a abordagem de subsistência define a relação de produção capitalista como "dupla, consistindo em trabalho assalariado e produção de subsistência" (Biesecker e von Winterfeld, 2014, p. 8).

2.2. Cercamento dos bens comuns: Massimo De Angelis

Em sua teoria da expropriação contemporânea, o economista político Massimo De Angelis (2012, 2017) expõe que os chamados *Commons* são particularmente afetados pelo cercamento ou pela expropriação. De uma perspectiva econômica, esses bens são caracterizados pelo fato de que o acesso a eles é irrestrito. Entretanto, não é possível que



um número ilimitado de partes utilize esses bens sem reduzir sua utilidade. Em terminologia econômica, um bem comum pode ser descrito como um rival no consumo (Feess e Seeliger, 2013, p. 36).

No cercamento de bens comuns, ocorre uma transferência: alguns recursos ou objetos, inicialmente acessíveis a todos, passam a ser propriedade de uma pessoa ou instituição. Isso implica a exclusão da coletividade e a restrição do acesso ao recurso. Além da transferência legal para a propriedade de alguém, coisas muito práticas também podem ser movidas para um local diferente no decorrer de um cercamento, por exemplo, recursos minerais para refinarias, bens agrícolas para armazéns ou bens culturais para museus privados. Às vezes, para realizar um cercamento, também são estabelecidos títulos de propriedade oficiais, por exemplo, por tribunais civis ou decisões legais baseadas na religião. Entretanto, esse não precisa ser necessariamente o caso, pois o cercamento também ocorre ilegalmente. Ambas correspondem à metáfora do cercamento, que expressa o fato de que uma cerca é traçada em torno de algo - seja de forma legal, simbólica ou prática - para que seja criado um cercado privado do qual outras pessoas são excluídas.

De Angelis entende os *Commons* menos como um bem com uma propriedade específica e mais como um princípio organizacional aplicado aos bens. Para ele, os (sempre) novos cercamentos de *Commons* como subprocessos concretos indicam a persistência da acumulação primitiva. O problema atual da acumulação capitalista é que não há mais um reabastecimento suficiente de recursos e força de trabalho para um crescimento contínuo dos "entornos" (De Angelis, 2012, p. 227) do sistema capitalista. O modo de produção capitalista precisa dos *Commons* para superação dessa crise de abastecimento (De Angelis 2012, p. 227–228). A gestão da crise, portanto, ocorre aqui com a ajuda dos *Commons*, que são necessários para os interesses de valorização capitalista como "curativos" (De Angelis, 2012, p. 228) ou como um tratamento superficial de um problema mais profundo de oportunidades de acumulação cada vez menores.

Para De Angelis, são possíveis dois cenários sobre como o cercamento promove o acúmulo de capital:

1. Os recursos que eram, em princípio, acessíveis à coletividade são privatizados para que se possa obter lucros com sua venda ou cobrar taxas pelo seu uso. De Angelis (2012, p. 231) cita a "land grabbing" como um exemplo disso.
2. As áreas são administradas como *Commons*, mas os efeitos de sua administração são usados de forma a favorecer o lucro para o setor privado ou para a acumulação de capital. Exemplos disso incluem o uso de relações



de solidariedade entre tomadores de microcréditos para vinculá-los ao mercado financeiro global, ou a mobilização da sociedade civil (e de empresas sociais e associações etc.) no Reino Unido, por meio da qual o governo britânico busca retirar-se do financiamento público da infraestrutura social. (De Angelis, 2012, p. 231–232).

Para a compreensão teórica dos processos de expropriação, dois caminhos para utilização dos *Commons* são retidos aqui. Por um lado, os *Commons* podem ser incorporados externamente, dissolvendo-os como propriedade comum e privatizando-os. Por outro lado, esse exterior pode ser incorporado persistindo como um bem comum, mas ainda assim seus efeitos positivos ou condições estruturais (por exemplo, compromisso voluntário ou relações de solidariedade) são utilizados para a acumulação de capital. Além do critério mínimo da fundação da relação de capital e do critério da separação dos meios de produção, que é particularmente aplicável à terra e aos recursos e que já conhecemos de Backhouse, Massimo De Angelis identifica as lutas sociais e políticas como indicadores da acumulação primitiva. Com base nas lutas por bens comuns, é possível reconhecer que a acumulação primitiva está em curso (De Angelis, 2001).

2.3. Expropriação via comoditização e seus regimes: Klaus Dörre

Dentre as diversas teorias da incorporação, algumas usam explicitamente o conceito de expropriação, incluindo Klaus Dörre (2009, 2016b), seguindo Burkart Lutz (1984) e com referência a Luxemburgo. O sociólogo do trabalho quer explicar como a utilização permanente de recursos para a acumulação de capital, que está fora dos mercados e fora do princípio da troca de equivalentes²¹, é implementado em termos concretos. De acordo com Dörre, uma internalização do externo ocorre por meio da expropriação, mais precisamente por meio de processos de comoditização: "O potencial de atividade anteriormente não comoditizada torna-se 'terra' a ser conquistada e comoditizada" (Dörre, 2013b, p. 82) (Dörre, 2013b, p. 82). Nesse processo, a racionalidade da troca de equivalentes em forma-mercadoria no interior entra constantemente em conflito com outras "racionalidades de ação e campos de atividade" nos quais a troca de equivalentes e a relação de capital estão "inseridos" (Dörre, 2013b, p. 84).

²¹ O conceito de troca equivalente designa o fato de que, em mercados capitalistas, mercadorias são trocadas por outras mercadorias com a mediação do dinheiro. No entanto, essa também é apenas superficialmente uma troca 'justa', na qual "proprietários livres de mercadorias se encontram em mercados para trocar mercadorias de igual valor", uma vez que essa relação de troca se baseia em uma "assimetria fundamental de poder" (Dörre, 2009, p. 31), que se expressa na relação entre capital e trabalho assalariado.



Para Dörre, a acumulação primitiva, de acordo com Marx, é a forma básica das atuais expropriações. Expropriação hoje é uma "expansão do modo de produção capitalista para o interior e exterior" (Dörre, 2009, p. 37), o que se relaciona com a tese de Lutz (1984) de uma expropriação interna, que ele formulou em relação a uma organização capitalista-industrial ainda mais forte e, portanto, com relação à dissolução do "setor artesanal-agrícola tradicional" (Dörre, 2013b, p. 95) na Alemanha.²² Ao contrário de Backhouse e De Angelis, que se concentram na separação dos produtores de seus meios de produção, Dörre enfatiza a comoditização e a formação de mercado, bem como o papel do Estado no primeiro plano (Dörre, 2009, p. 38) e, portanto, está próximo do conceito de expropriação do Grupo de Autoras Feministas (veja a próxima seção). Ele também relaciona seu conceito de expropriação a regimes históricos determinados. Assim, ele fornece uma visão geral dos regimes do desenvolvimento capitalista, pelo menos para o contexto alemão ao qual sua análise se refere principalmente.

Dörre descreve três regimes principais de expropriação na história recente dos países ocidentais industrializados, cuja sequência histórica começa com o regime fordista de expropriação. Depois que as vantagens e a segurança para a classe trabalhadora foram alcançadas sob o fordismo, como a proteção sindical para empregos remunerados e um aumento no "padrão de vida das classes sem capital" (Dörre, 2016, p. 76), seguiu-se uma expropriação do espaço público e social. Isso "libera a força de trabalho do trabalho assalariado socialmente seguro" (Dörre, 2016, p. 76) e, portanto, aumenta a precariedade no mercado de trabalho. Além disso, estão surgindo "amalgamas de assalariados com status de cidadão social" (Dörre, 2016, p. 76) e precariamente empregados. O recente regime de expropriação sob dominância financeira constitui um "*espaço de oportunidade* [...] no qual os riscos e as incertezas dos mercados (financeiros) voláteis são transformados no interior das empresas e repassados aos funcionários em processos competitivos" (Dörre, 2013b, p. 98). A consequência de um regime de expropriação sob dominância financeira é uma precarização contínua, já que essa forma de expropriação "remodela, mina e enfraquece as instituições e os sistemas regulatórios que limitam o mercado" (Dörre, 2009, p. 54). Aqui, Dörre, assim como Harvey (2003b), tende a tentar explicar as mudanças de poder entre as empresas e os atores do mercado financeiro ou

²² Lutz descreve uma expropriação interna durante o fordismo em "analogia à 'expropriação externa' do imperialismo". (Lutz, 1984, p. 213).



entre as empresas e os empregados, mas menos a relação entre o modo de produção capitalista e um exterior não capitalista.

Atualmente, a expropriação ocorre como uma "penetração em espaços e territórios anteriormente não capitalistas" (Dörre, 2013a, p. 120), mesmo em regiões que já produzem predominantemente de forma capitalista. Além disso, a expropriação engloba a "reestruturação interna aos centros capitalistas" por meio da generalização do modelo do "empreendedor inovador" (Dörre, 2013a, p. 120). Em termos concretos, isso ocorre por meio de "programas de redistribuição de acionistas e proprietários de ativos" nos centros capitalistas ou por meio do "uso estratégico do emprego precário" e do reconhecimento de "distorções ecológicas como uma esfera de investimento lucrativa" (Dörre, 2013a, p. 129).

2.4. Expropriação do trabalho de cuidado: marxismo feminista

Para o Grupo de Autoras Feministas (2013)²³, a expropriação significa uma subvenção permanente à acumulação de capital por meio da utilização do exterior do modo de produção capitalista. As autoras concentram-se especialmente na área do trabalho de cuidado nas sociedades industrializadas ocidentais, que ainda é em grande parte não remunerado. No caso de ser realizado como trabalho remunerado, ele é, no entanto, estruturado de tal forma que suas partes, que são difíceis de quantificar, devem continuar não sendo remuneradas. Isso significa que o trabalho de cuidado ainda tem, predominantemente, um caráter externo. No caso do trabalho de cuidado remunerado, que está submetido à organização capitalista, a expropriação consiste na

padronização, racionalização e precarização dos serviços pessoais. Seus métodos são a quantificação e a fragmentação dos processos pessoais, bem como a hierarquização/estratificação, o que faz com que partes não quantificáveis do cuidado permaneçam sem serem feitas e, portanto, tenham que ser executadas sem remuneração, seja no local de trabalho fora do horário de expediente ou na residência privada. (Feministische Autorinnengruppe, 2013, p. 110–111)

Aqui, um elemento externo na forma de trabalho de cuidado não remunerado é incorporado ao interior do modo de produção capitalista, tornando esse trabalho tão

²³ [NT] O Grupo de Autoras Feministas (*Feministische Autorinnengruppe*) é a designação de um coletivo de pesquisadoras que assina conjuntamente o artigo referenciado pela autora. O grupo está vinculado ao *Denknetz*, um *think tank* suíço voltado à crítica social.



mensurável quanto possível, dividindo-o em atividades específicas contabilizáveis e, por fim, oferecendo-o como um serviço na forma-mercadoria. Nesse caso, o caráter de roubo da expropriação consiste nas consequências que derivam, por um lado, da organização orientada para o lucro do trabalho de cuidado no mercado e, por outro, da sobrecarga de trabalho e da ausência de compensação pelo trabalho de cuidado não remunerado no ambiente doméstico: em ambos os casos, a atual organização do trabalho de cuidado acarreta, além da falta de cuidados para aqueles que necessitam, consequências graves para os que realizam o trabalho de cuidado. Em países como Alemanha, Suíça e Reino Unido, as relações de trabalho no setor de cuidados estão se tornando cada vez mais precárias, e há também uma "dessolidarização, individualização ou estigmatização" (Feministische Autorinnengruppe, 2013, p. 115) do trabalho de cuidado. Por um lado, algo é incorporado aqui, submetendo-o à mesma lógica de quantificação de outros trabalhos comoditizados, embora a realização do trabalho de cuidado esteja ligada ao dispêndio de tempo para cumprir seu caráter do cuidado. Por outro lado, poupa-se por meio dessa expropriação, no sentido de que a área comoditizada também 'leva em conta' o trabalho não remunerado.

2.5. Acumulação por despossessão: David Harvey

Algumas teorias da incorporação sustentam a tese de que o 'capitalismo' cria seu exterior para posteriormente incorporá-lo. Assim, por exemplo, avalia o geógrafo e teórico da sociedade David Harvey: "[...]O capitalismo necessariamente e sempre cria seu próprio outro" (Harvey, 2003b, p. 141). Para Harvey, esse 'próprio outro' é algo como um exterior criado pelo capitalismo. Para Harvey²⁴, essa criação do exterior é complementar ao seu conceito de acumulação por despossessão (Harvey, 2003a, p. 17) — um conceito que ele usa como sinônimo de acumulação primitiva contínua.²⁵ A criação de um exterior deve ser útil à acumulação de capital, uma vez que isso permite lucros adicionais. Marx já havia sugerido com o mecanismo do exército de reserva que o modo de produção capitalista poderia criar seu próprio exterior (Dörre 2009, 45; MEW 23, 657–77). Além do

²⁴ Também em Dörre há um conceito complementar. Ele escolhe, como contraponto ao seu conceito de expropriação, o conceito de desmercantilização (Dörre, 2016; Graf, 2023, p. 31).

²⁵ Seguindo Luxemburgo, ele considera esse processo incompleto, mas argumenta contra "designar um processo em andamento como 'primitivo' ou 'original'" (Harvey, 2003a, p. 17) e, em vez disso, escolhe a despossessão como palavra-chave teórica.



exército de reserva de Marx, Harvey também apresenta a tese de que a criação de um exterior do modo de produção capitalista ocorre por meio de desvalorizações (Harvey 2003b, 2003a). A desvalorização de ativos resulta de uma reação a uma crise de sobreacumulação²⁶ e deve evitá-la ou mitigá-la: "[...] O capitalismo sempre requer um fundo de ativos fora de si mesmo se quiser enfrentar e contornar as pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como terras vazias ou novas fontes de matéria-prima, não estiverem à mão, o capitalismo deverá produzi-los de alguma forma." (Harvey, 2003b, p. 143)

Assim como Luxemburgo, Harvey justifica a dependência do modo de produção capitalista em relação ao seu exterior com o fato de que o exterior torna, em primeiro lugar, possível a acumulação de capital no interior — não como uma condição estrutural, mas como uma base material e de baixo custo.²⁷ Para Harvey, as crises regionais e as desvalorizações altamente localizadas são os principais meios, "pelo qual o capitalismo cria seu próprio 'outro' para se alimentar dele" (Harvey, 2003b, p. 151). Isso é prático para a acumulação de capital, pois as desvalorizações barateiam os insumos de produção: "os ativos de capital desvalorizados podem ser comprados a preços de liquidação e reciclados de forma lucrativa de volta à circulação de capital pelo capital sobreacumulado." (Harvey, 2003b, p. 150)²⁸

Harvey conceitua as desvalorizações sempre como processos complexos e orquestrados, tais como "programas de austeridade administrados pelo Estado, fazendo uso das principais alavancas das taxas de juros e do sistema de crédito" (Harvey, 2003b, p. 150).²⁹ Em parte, ele também argumenta que isso não apenas orquestra desvalorizações, mas também crises que levam a desvalorizações: "Isso é o que o sistema

²⁶ A sobreacumulação é uma situação "em que os excedentes de capital (talvez acompanhados de excedentes de força de trabalho) ficam ociosos sem nenhuma saída lucrativa à vista" (Harvey, 2003b, p. 149). Trata-se, portanto, de uma situação em que o capital excedente e, possivelmente, a força de trabalho excedente não podem ser utilizados de forma lucrativa.

²⁷ Luxemburgo deixou claro que o meio não capitalista permite a acumulação de capital por meio de sua função como mercado consumidor, reservatório de força de trabalho, local de produção de bens não capitalistas e fonte de recursos baratos.

²⁸ Harvey descreve isso de forma semelhante, como "criação periódica de estoques de ativos desvalorizados e, em muitos casos, subvalorizados em alguma parte do mundo, que podem ser utilizados de forma lucrativa por excedentes de capital que não encontram oportunidades em outros lugares" (Harvey, 2003b, p. 150).

²⁹ O conceito de Harvey de acumulação por despossessão basicamente forma uma estrutura na qual ocorrem as desvalorizações: "O que a acumulação por despossessão faz é liberar um conjunto de ativos (inclusive força de trabalho) a um custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode se apoderar de tais ativos e imediatamente transformá-los em uso lucrativo" (Harvey, 2003b, p. 149). Embora Harvey introduza a dinâmica da acumulação por despossessão, que engloba muitos processos específicos, pelo menos nessa citação ela parece ocorrer principalmente por meio de processos de desvalorização.



financeiro internacional (liderado pelo FMI³⁰), apoiado por um poder estatal superior (como os Estados Unidos), é tão hábil em fazer." (Harvey, 2003b, p. 150) Apesar das inúmeras formulações que linguisticamente elevam 'o capital' ou 'o capitalismo' ao nível de um sujeito, ao olhar mais de perto, é mais complexo entender quem cria um exterior. Por trás das crises de acumulação e das desvalorizações subsequentes estão os Estados e as instituições supranacionais, que garantem o real funcionamento da estratégia de desvalorizações periódicas e a criação associada de uma parte externa do modo de produção capitalista: "[...] intervenções estatais e [...] instituições internacionais [...] orquestram a desvalorização de forma a permitir que a acumulação por despossessão ocorra sem provocar um colapso geral." (Harvey, 2003b, p. 151)³¹ Isso significa que não são apenas os atores do modo de produção capitalista que estão agindo para perpetuar a acumulação de capital. Os Estados e as instituições internacionais também contribuem para a criação de um externo.

Além da designação de constelações de atores e interesses como causas ou impulsionadores de desvalorizações, Harvey, entretanto, atribui repetidamente um cálculo e uma capacidade de ação ao próprio capital: "Ativos valiosos são retirados de circulação e desvalorizados. Eles ficam ociosos e latentes até que o capital excedente se apodere deles para dar nova vida à acumulação de capital." (Harvey, 2003b, p. 151) Formulações como "o capitalismo pode" e "o capital se apodera" (Harvey 2003b, 141, 151) sugerem, de forma retoricamente eficaz, um super-sujeito explorador cujas ações provocam indignação. Por outro lado, a análise detalhada de Harvey sobre os atores ameaça ficar em segundo plano. De fato, é justificável assumir um cálculo 'de capital' se isso se referir à generalização dos interesses de exploração das empresas capitalistas. Mas se a ideia de um sujeito com motivos quase criminosos é invocada linguisticamente, isso dificulta o reconhecimento de evidências concretas de resistência contra 'o capital'.

Em vez disso, os contextos sistêmicos dos processos capitalistas, que Harvey expressa com "o capital se apodera" etc., podem ser mais bem compreendidos, por exemplo, traçando caminhos de tomada de decisão que levam repetidamente ao mesmo resultado ou a um efeito geral. Fazer isso pintaria um quadro diferente da afirmação 'o

³⁰ Fundo Monetário Internacional.

³¹ Quem participa exatamente desse processo de desvalorização em cada crise e quem depois compra os ativos e a força de trabalho depreciados de quem são questões de detalhe que Harvey não responde. No entanto, geralmente são empresas ocidentais ou japonesas as vencedoras dos processos de desvalorização, enquanto pessoas, empresas ou instituições na América Latina ou no Sudeste Asiático frequentemente perdem seus patrimônios (Harvey 2003b, 150–151).



capitalismo faz', o que pode, involuntariamente, ter o efeito de afastar a questão de quem está realmente agindo. Em Harvey, e também parcialmente em Dörre (2009, p. 42; Saave, 2022, p. 97), o capital ou o capitalismo assumem traços subjetivos, porque os autores apresentam os processos correspondentes como intencionalmente controlados. Entretanto, há também outras maneiras de explicar como surge um exterior especificamente capitalista, isto é, observando as características do exterior: os desenvolvimentos capitalistas provocam resistência, e é precisamente essa resistência que dá origem a um exterior, como descreve Massimo De Angelis (2012, 2017). O que ambas as teses têm em comum é o fato de se basearem na criação de um exterior especificamente capitalista. Elas diferem no fato de que 'o capitalismo' aparece, por um lado, como um mestre acumulador que também 'molda' seu entorno de acordo com suas necessidades e, por outro lado, como um agressor predatório ao qual as pessoas resistem, por exemplo, na forma de *Commoning*. Em comparação com o entendimento de Luxemburgo, segundo o qual o exterior possibilita a acumulação de capital por meio das quatro funções do meio não capitalista que ela identificou, bem como uma esfera de investimento para o capital que busca investimento, para Harvey o exterior funciona principalmente como um remédio para a sobreacumulação.

3. Expropriação da natureza

A visão geral até este ponto mostrou que as teorias da expropriação ou da incorporação podem se referir à relação entre o interior e o exterior do modo de produção capitalista em geral ou a áreas mais limitadas, como a expropriação do trabalho de cuidado ou a desvalorização de ativos. Toda uma área de teorias da expropriação está relacionada especificamente à natureza. Luxemburgo já fornece algumas indicações sobre o papel do meio ambiente. Quando ela diz que o capital mobiliza todas as forças produtivas da Terra, ela não se refere apenas à força de trabalho, mas também, citando Marx, aos "criadores primitivos da produção" ou aos "formadores primordiais da riqueza, da força de trabalho e da Terra". (Luxemburg, 1990, p. 305; MEW 23, 1968, pp. 630–631). É "uma das condições prévias mais indispensáveis do processo de acumulação" (Luxemburg, 1990, p. 307) que novas áreas de matéria-prima possam ser disponibilizadas para a acumulação de capital em um curto espaço de tempo. Isso significa que o ambiente natural, para



Luxemburgo, não é apenas uma base produtiva da atividade econômica capitalista e não capitalista e vem à tona especialmente na forma de matérias-primas e meios de produção.

3. 1. Expropriação verde: Maria Backhouse

A socióloga Maria Backhouse está investigando os processos de expropriação na região amazônica. De acordo com Backhouse, a expropriação ou a acumulação primitiva contínua³² significa conceitualmente que as relações de produção capitalistas são repetidamente "impostas pela primeira vez" ou que as relações de produção capitalistas são "amplamente *reestruturadas* para a criação de novos campos de acumulação"(Backhouse 2015, 45).³³ Entretanto, sua avaliação conceitual ainda não responde à questão de *como* um exterior se torna um interior ou como as relações de produção capitalistas se estabelecem pela primeira vez. Então, como ocorrem essas reestruturações abrangentes? No caso da expropriação verde, que Backhouse examina prioritariamente, ela define a expropriação como o processo em que "as relações sociais com a natureza são transformadas em uma nova lógica de valorização capitalista" (Backhouse 2015, 45). Assim, uma relação capitalista de produção é estabelecida quando outras relações sociais, como as relações sociais com a natureza, também precisam se submeter à lógica da valorização como princípio estruturante. Na região amazônica, isso acontece, entre outras coisas, por meio da expulsão das populações locais ou da nova concessão de direitos de propriedade (Backhouse, 2022).

Assim, Backhouse sustenta um critério de longo alcance para os processos de expropriação que pode ser aplicado especialmente a questões de acesso à terra e a recursos naturais. Isso a aproxima do desenvolvimento da relação capitalista de Marx — devido apenas à mudança tecnológica e à globalização, há outras maneiras de suprimir os direitos da coletividade ou de se apropriar de ativos, diferentes das que existiam na época de Marx. Por isso, os processos de acumulação primitiva descritos por Marx devem ser constantemente atualizados para os contextos atuais, inclusive tendo em vista a

³² Semelhante a De Angelis (2001), ela fala de expropriação ou acumulação primitiva contínua quando os produtores são separados dos meios de produção ou quando essa separação é reforçada e consolidada por meios extraeconômicos.

³³ Segundo Backhouse, essa criação inicial e profunda transformação das relações de produção capitalistas não precisa ocorrer necessariamente de forma violenta, podendo também ser implementada legalmente ou por meio de instrumentos jurídicos (Backhouse 2015, p. 45).



expropriação da natureza. Backhouse adapta a abordagem de Marx, concentrando-se no aspecto da separação entre os produtores e os meios de produção, que é central para a acumulação primitiva.³⁴ Se essa separação ou sua consolidação por meios extraeconômicos estiver presente em um desenvolvimento atual, ainda é uma questão de acumulação primitiva ou de expropriação.

3. 2. Valorização da natureza: Elmar Altvater und Birgit Mahnkopf

Em seu livro *Die Grenzen der Globalisierung*, Elmar Altvater e Birgit Mahnkopf também propõem um conceito de incorporação para o tema da natureza, escolhendo o conceito valorização³⁵. De acordo com Altvater e Mahnkopf (2007, p. 131), o conceito se refere a um processo complexo e aninhado que abrange vários "momentos" (Görg, 2004a). A abordagem deles é, portanto, mais orientada para os detalhes do que a de Backhouse e mais interessada na identificação de constelações determinadas que indicam valorização. Altvater e Mahnkopf (2007) distinguem seis momentos de valorização: 1) algo deve ser identificado como um "recurso", ou seja, como algo valioso e útil para o mercado; 2) esse recurso deve ser desenvolvido e (cientificamente) pesquisado para que seu potencial econômico seja plenamente explorado; 3) deve ser criada uma moldura político-institucional e uma estrutura de propriedade que possibilitem a utilização econômica; 4) a extração do recurso geralmente é acompanhada por conflitos de uso da terra e dos recursos; 5) o recurso é transformado em mercadoria para que possa ser comercializado em um mercado global, e todos os instrumentos necessários para isso (por exemplo, logística ou processamento) são criados; e 6) o recurso extraído é integrado ao mercado mundial por meio de monetização, comércio e transporte.

A valorização não deve ser equiparada à monetização, na qual um valor é expresso em unidades monetárias ou ocorre uma "avaliação monetária de objetos" (Görg, 2004b, p. 1501) e serviços. Entretanto, a monetização é uma subetapa da valorização — para agregar valor a algo, seu preço também deve ser determinado. Do ponto de vista da economia política, é decisivo que a valorização não abranja apenas o

³⁴ [N. T.] Ver nota de rodapé número nove.

³⁵ O conceito de valorização (*Inwertsetzung*), que teve origem na pesquisa de economia política alemã na década de 1990, baseia-se na ideia de Rosa Luxemburgo de acumulação primitiva contínua (Görg, 2004) e é frequentemente discutido no contexto de comoditização e financeirização (Tittor, 2022).



uso de "qualidades materiais" (Görg, 2004b, p. 1501), mas também signifique o uso de recursos naturais para a valorização do valor.

A valorização da natureza é, portanto, alcançada por meio do encadeamento de processos econômicos, sociais e científicos. Isso pode incluir a extração de recursos naturais, mas também há valorizações da natureza que não exigem a extração de matérias-primas no sentido clássico, como pagamentos de compensação de CO2 por serviços de ecossistema. Tomados em conjunto, os momentos de valorização ocorrem frequentemente de forma dispersa no espaço e no tempo (Saave, 2022, pp. 296-307), mas ainda assim estão interligados em um processo que torna a natureza como um todo valiosa ou lucrativa, isto é, valoriza a natureza e integra partes selecionadas dela nos circuitos de acumulação de capital. O conceito de valorização é útil para a avaliação de fenômenos específicos, como o mercado de CO2 ou a extração de óleo de palma, porque fornece uma contextualização desses processos específicos e, portanto, permite uma classificação sistemática dos processos necessários para integrar os recursos naturais ao mercado mundial capitalista.

3. 2. Extrativismo pós-fóssil: Anne Tittor

A socióloga Anne Tittor desenvolveu recentemente uma abordagem para novas tendências no campo do uso de recursos naturais e cunhou o termo extrativismo pós-fóssil. Uma raiz central de seu conceito é o termo extrativismo. O extrativismo como conceito tem suas origens na ciência crítica, especialmente da América Latina (Svampa, 2019), que se ocupa da extração de matérias-primas (sobretudo petróleo e mineração de carvão) e seus impactos negativos sobre as pessoas e a natureza. As expansões conceituais concentram-se na extração de recursos de base biológica e renováveis, como as análises do extrativismo agrícola (McKay, 2017), do extrativismo florestal (Holz e Saave, 2024) e, mais recentemente, do extrativismo pós-fóssil (Tittor, 2022, 2023).

Em uma pesquisa conceitual abrangente, Tittor (2021) argumenta que, no contexto dos processos de descarbonização e da bioeconomia moderna, os padrões de extrativismo fóssil na economia e na política, bem como nas relações com a natureza, permanecem intactos, embora a base de recursos da economia esteja mudando de recursos fósseis para recursos de base biológica. Os padrões extrativistas que se provaram eficazes nas indústrias fósseis estão simplesmente sendo transferidos para os recursos e



produtos pós-fósseis. Tittor chama seu conceito de extrativismo, à luz desses esforços de descarbonização, de "pós-fóssil".

No nível mais fundamental, Tittor define o extrativismo pós-fóssil como uma reconfiguração de grandes áreas de terra para valorizá-las no escopo de projetos agrícolas, florestais ou de infraestrutura (Tittor, 2021, p. 55). Essa reconfiguração está sendo realizada de acordo com a demanda do mercado mundial, especialmente nos setores de alimentos, energia e transporte. Os setores que operam com um recurso que, em princípio, é renovável, como a silvicultura, podem ser os 'atores' e as florestas podem ser as 'vítimas' do extrativismo. Ao mesmo tempo, o desmatamento e a degradação florestal são efeitos colaterais conhecidos da expansão de infraestruturas fósseis e, portanto, estão vinculados ao extrativismo convencional. Com base em seu trabalho empírico na América do Sul, Tittor caracteriza os padrões extrativistas e as relações de poder fóssil como adaptativos e, ao mesmo tempo, persistentes, mesmo nos processos de descarbonização (Tittor, 2021, p. 11). Seu conceito integra a noção anteriormente introduzida de valorização como processo e lógica que orientam o extrativismo pós-fóssil. Os estudos empíricos que sustentam a abordagem conceitual de Tittor concentram-se no extrativismo pós-fóssil na agricultura industrial da América do Sul, mas, em seu desenvolvimento mais recente, ela amplia o conceito para incluir fenômenos como a silvicultura, a política de bioeconomia e os processos de descarbonização como tais, e amplia o espectro de aplicação do conceito para contextos europeus e globais.

As três abordagens orientadas para o meio ambiente consideradas aqui demonstram que a expropriação também pode afetar literalmente a terra. No entanto, a expropriação é, muitas vezes, apenas uma metáfora para o fato de que a expansão capitalista se estende a "diferentes modos de produção, grupos sociais, formas de vida e até mesmo estruturas de personalidade" (Dörre, 2013a, p. 113). No âmbito da "expropriação verde", as ferramentas conceituais são linguisticamente orientadas em torno do valor, extração ou padrões capitalistas-industriais e, portanto, vão além da simples alusão discursiva de uma expropriação do espaço.



Conclusão: duas variantes da incorporação

Este artigo apresentou as origens históricas, bem como abordagens contemporâneas e orientadas para o meio ambiente do espectro de teorias da expropriação e da incorporação que atualmente são comuns no contexto da Europa Central e, especialmente, em debates de língua alemã. O artigo empreendeu a tarefa de organizar diferentes proposições teóricas em diálogo e realizou um trabalho conceitual na esperança de que as relações de valorização capitalistas, muitas vezes ocultas, possam ser moldadas em um sentido emancipatório por meio de uma designação mais clara do que está acontecendo. As abordagens reunidas aqui compartilham a tese de que o modo de produção capitalista necessita de um outro não capitalista para sua continuidade, que consiste em formações sociais ou setores não capitalistas em uma região economicamente capitalista.

Embora a expropriação seja frequentemente usada e adotada como uma palavra-chave teórica atualmente nesse campo e, devido à sua metáfora inerente, seja imediatamente compreensível de certo modo, pode ser útil recorrer ao conceito de incorporação usado por Luxemburgo. Incorporação é o sinônimo de Luxemburgo para acumulação primitiva contínua. Sem a incorporação, não poderia existir a acumulação em uma "escada estendida" (MEW 23, p. 605) nem uma economia capitalista que se estabiliza dinamicamente por meio do crescimento. O conceito de incorporação abrange as duas variantes da incorporação capitalista (Saave, 2022), sendo que uma delas pode ser muito bem descrita pela metáfora da expropriação.

A incorporação, de modo geral, descreve uma dinâmica de integração de recursos de todos os tipos, bem como da força de trabalho, no contexto visível e oficial da valorização capitalista. É possível fazer uma distinção detalhada entre a incorporação formal e predatória como as duas variantes. A incorporação formal ocorre quando um exterior é integrado ao interior do modo de produção capitalista. A incorporação predatória, por sua vez, se realiza como uma utilização exploratória constante do exterior.

Chamo a primeira variante de incorporação formal, porque o exterior afetado adota uma forma do interior do modo de produção capitalista ou da economia 'oficial'. Um exemplo dessa variante é o cercamento dos *Commons*. Ela ocorre quando um *Commons* é incorporado ou privatizado, ou seja, tomado como posse e, se necessário, protegido por meio de títulos de propriedade para uso como meio de produção ou como



local de produção. Nesse tipo de cercamento, os recursos são colocados sob o controle de um cálculo de geração de lucro para utilizá-los de acordo com uma lógica de valorização. Para isso, os atores com interesse na valorização geralmente precisam primeiro descobrir como tornar o recurso a ser incorporado observável, mensurável, quantificável e divisível de acordo com a racionalidade de ação capitalista. Essa utilização inicial e a subsequente comoditização e monetização constituem juntas a incorporação formal de um exterior. Isso corresponde à metáfora da expropriação quando se imagina uma cerca sendo traçada em torno de um recurso, por exemplo, um *Commons*. Nesse processo, os *Commons* mudam sua forma porque seu modo de organização é alterado.

Dependendo do contexto, entretanto, é necessária uma diferenciação, pois nem todas as partes do exterior do modo de produção capitalista são incorporadas da mesma maneira: o Grupo de Autoras Feministas aponta, por exemplo, no decorrer da investigação sobre o trabalho de cuidado remunerado, que nem todas as atividades de cuidado que são incorporadas e, portanto, oferecidas no mercado, mas apenas uma parte delas. A parte "relacional-corporal" (Müller, 2016, p. 157) não quantificável do trabalho de cuidado é excluída do serviço comoditizado para economizar custos. Em outras palavras, há uma incorporação altamente seletiva, pois apenas partes do trabalho de cuidado remunerado são deslocadas para o interior do modo de produção capitalista. Espera-se ou prevê-se que as áreas não formalmente incorporadas continuem a ser prestadas ou garantidas. Com qualquer forma de trabalho de cuidado, em particular, há uma forte expectativa de que as pessoas se sintam obrigadas e responsáveis por fornecer cuidados, mesmo que não sejam mais pagas por isso. O mesmo se aplica ao ambiente natural, cujo poder de absorção é, na verdade, sempre assumido implicitamente. Nessa segunda variante, a incorporação ocorre de forma predatória, sem privatizar ou transformar em mercadoria um bem comum ou uma atividade — a incorporação aqui tem um caráter exploratório.

Tanto a incorporação predatória quanto a formal de recursos e trabalho do exterior barateiam os processos de produção no interior. No sentido de uma ciência crítica que deseja ser capaz de impelir uma ação transformadora, é necessário tornar reconhecíveis as utilizações ocultas por meio das variantes da incorporação. O trabalho conceitual teórico realizado aqui está a serviço dessa nomeação e tem como objetivo possibilitar a identificação precisa de processos prejudiciais e, assim, torná-los mais manejáveis para os processos políticos. Esse conhecimento (conceitual) é poder,



especialmente quando se refere a áreas incorporadas que geralmente estão fora do escopo da economia convencional.

Referências bibliográficas

- ALTVATER, E.; MAHNKOPF, B. **Grenzen der Globalisierung. Ökonomie, Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft**. 7. ed. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2007.
- AMIN, S. **Accumulation on a World Scale. A Critique of the Theory of Under-Development**. New York: Monthly Review Press, 1974.
- ANGUS, I. **Facing the Anthropocene: Fossil Capitalism and the Crisis of the Earth System**. New York: Monthly Review Press, 2016.
- ARENDT, H. **Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft. Antisemitismus, Imperialismus, Totalitarismus**. 11. ed. München: Piper, 2006.
- ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. **The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BACKHOUSE, M. **Grüne Landnahme. Palmölexpansion und Landkonflikte in Amazonien**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2015.
- BACKHOUSE, M. Die Aktualität der Frontier als Analysekonzept. Eine Einordnung der aktuellen Landkonflikte in Amazonien. **PERIPHERIE – Politik, Ökonomie, Kultur**, v. 42, n. 2, p. 346-369, 2022. DOI: 10.3224/peripherie.v42i2.06.
- BARREIRA, C. Nota da tradução. In: DÖRRE, Klaus. **Teorema da expropriação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 15–18.
- BECKER, E.; JAHN, T. **Soziale Ökologie: Grundzüge einer Wissenschaft von den gesellschaftlichen Naturverhältnissen**. Frankfurt: Campus Verlag, 2006.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V. Subsistenzproduktion und erweiterte Reproduktion. Ein Beitrag zur Produktionsweisendiskussion. In: BACKHAUS, H.-G. (org.). **Gesellschaft. Beiträge zur Marxschen Theorie**. 14. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1981. p. 30-51.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V.; MIES, M.; VON WERLHOF, C. **Frauen, die letzte Kolonie. Zur Hausfrausierung der Arbeit**. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt-Taschenbuch-Verlag, 1988.
- BHATTACHARYA, T. **Social Reproduction Theory. Remapping Class, Recentring Oppression**. London: Pluto Press, 2017.
- BIESECKER, A.; HOFMEISTER, S. **Die Neuerfindung des Ökonomischen: ein (re)produktionstheoretischer Beitrag zur sozial-ökologischen Forschung**. München: oekom Verlag, 2006.
- BIESECKER, A.; HOFMEISTER, S. Focus: (Re)productivity. Sustainable relations both between society and nature and between the genders. **Ecological Economics**, v. 69, n. 8, p. 1703-1711, 2010. DOI: 10.1016/j.ecolecon.2010.03.025.



- BIESECKER, A.; VON WINTERFELD, U. Extern? Weshalb und inwiefern moderne Gesellschaften Externalisierung brauchen und erzeugen. **Working Paper der DFG-KollegforscherInnengruppe Postwachstumsgesellschaften**, n. 2, p. 1-16, 2014.
- BRAUDEL, F. **Civilization and Capitalism. 15th-18th Century**. New York: Harper & Row, 1981.
- BRENNER, R. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. **Past & Present**, n. 70, p. 30-75, 1976.
- BRIE, M. A Critical Reception of Accumulation of Capital. In: **Rosa Luxemburg – a Permanent Challenge for Political Economy. On the History and the Present of Luxemburg's 'Accumulation of Capital'**. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 261-303.
- COSTA, S.; GONÇALVES, G. L. **A Port in Global Capitalism. Unveiling Entangled Accumulation in Rio de Janeiro**. New York: Routledge, 2020. DOI: 10.4324/9780429323898.
- CRUTZEN, P. J. Geology of Mankind - The Anthropocene. **Nature**, v. 415, p. 23, 2002.
- DE ANGELIS, M. Marx and Primitive accumulation: The Continuous Character of Capital's "Enclosures". **The Commoner**, n. 2, p. 1-22, set. 2001.
- DE ANGELIS, M. Krise, Kapital und Vereinnahmung - braucht das Kapital die Commons? In: HELFRICH, S.; HEINRICH BÖLL STIFTUNG (org.). **Commons: Für eine neue Politik jenseits von Markt und Staat**. Bielefeld: transcript, 2012. p. 227-235.
- DE ANGELIS, M. **Omnia Sunt Communia. On the Commons and the Transformation to Postcapitalism**. London: Zed Books, 2017.
- DÖRRE, K. Die neue Landnahme. Dynamiken und Grenzen des Finanzmarktkapitalismus. In: DÖRRE, K.; LESSENICH, S.; ROSA, H. (org.). **Soziologie - Kapitalismus - Kritik. Eine Debatte**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009. p. 21-86.
- DÖRRE, K. Landnahme. Triebkräfte, Wirkungen und Grenzen kapitalistischer Wachstumsdynamik. In: BACKHOUSE, M. et al. (org.). **Die globale Einhegung - Krise, ursprüngliche Akkumulation und Landnahmen im Kapitalismus**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2013a. p. 112-140.
- DÖRRE, K. Landnahme und die Grenzen sozialer Reproduktion. Zur gesellschaftstheoretischen Bedeutung Rosa Luxemburgs. In: SCHMIDT, I. (org.). **Rosa Luxemburgs 'Akkumulation des Kapitals'. Die Aktualität von ökonomischer Theorie, Imperialismuserklärung und Klassenanalyse**. Hamburg: VSA Verlag, 2013b. p. 82-116.
- DÖRRE, K. Grenzen der Landnahme. Der Kapitalismus stirbt nicht von allein, doch wir können ihn überwinden. In: TAUSS, A. (org.). **Sozial-ökologische Transformationen. Das Ende des Kapitalismus denken**. Hamburg: VSA Verlag, 2016. p. 52-109.
- FEDERICI, S. **Caliban and the Witch**. Brooklyn, NY: Autonomedia, 2004.
- FEES, E.; SEELIGER, A. **Umweltökonomie und Umweltpolitik**. 4. ed. München: Vahlen, 2013.
- FEMINISTISCHE AUTORINNENGRUPPE. Das Theorem der Neuen Landnahme: Eine feministische Rückeroberung. In: BAUMANN, H. et al. (org.). **Jahrbuch Denknetz 2013. Care statt Crash. Sorgeökonomie und die Überwindung des Kapitalismus**. Zürich: Verlag Edition 8, 2013. p. 99-118.



- FONTES, V. David Harvey: Dispossession or Expropriation? Does capital have an "outside"? **Revista Direito e Praxis**, v. 8, n. 3, p. 2100-2211, 2017.
- FOSTER, J. B.; CLARK, B. Women, Nature, and Capital in the Industrial Revolution. **Monthly Review**, v. 69, n. 8, p. 1-24, 2018.
- GAARD, G. Ecofeminism Revisited: Rejecting Essentialism and Re-Placing Species in a Material Feminist Environmentalism. **Feminist Formations**, v. 23, n. 2, p. 26-53, 2011.
- GONÇALVES, G. L. Rechtsform und Rechtsgewalt: Zwei Seiten des Kapitalismus. In: DÖRRE, K. et al. (org.). **Große Transformation? Zur Zukunft moderner Gesellschaften**. Wiesbaden: Springer VS, 2019. p. 97-117. DOI: 10.1007/978-3-658-25947-1_5.
- GÖRG, C. Enteignung oder Inwertsetzung? Zur Aktualität der »ursprünglichen Akkumulation«. **Das Argument**, n. 257, p. 721-731, 2004a.
- GÖRG, C. Inwertsetzung. **Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus**, v. 6/II, p. 1501-1506, 2004b.
- GRAF, J. **Die politische Ökonomie der "Überflüssigen". Sozialökologische Konflikte und die Kämpfe der Mapuche gegen die Forstindustrie in Chile**. Wiesbaden: Springer VS, 2023.
- HARTSOCK, N. Globalization and Primitive Accumulation: The Contributions of David Harvey's Dialectical Marxism. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (org.). **David Harvey. A Critical Reader**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 167-190.
- HARVEY, D. Der "neue" Imperialismus: Akkumulation durch Enteignung. **Sozialismus**, n. 5, p. 1-32, 2003a.
- HARVEY, D. **The New Imperialism**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2003b.
- HAUBNER, T. **Die Ausbeutung der sorgenden Gemeinschaft. Laienpflege in Deutschland**. Frankfurt am Main; New York: Campus Verlag, 2017.
- HECK, S. Von "Reproduktion" zu "Care" - zentrale Verschiebung in der feministische Ökonomie-Debatte? **Das Argument**, v. 292, n. 3, p. 408-412, 2011.
- HIRTE, K. Die "Landnahme"-These von Rosa Luxemburg - empirisch beobachtbar, aber theoretisch falsifiziert? In: KAPPELLER, J. et al. (org.). **Ökonomie! Welche Ökonomie? Stand und Status der Wirtschaftswissenschaften**. Marburg: Metropolis-Verlag, 2016. p. 273-313.
- HOCHSCHILD, A. Global Care Chains and Emotional Surplus Value. In: GIDDENS, T.; HUTTON, W. (org.). **On the Edge: Globalization and the New Millennium**. London: Sage Publishers, 2000. p. 130-146.
- HOLZ, J. R.; SAAVE, A. Extractivist valorization in industrial forestry in the Global North – Elements of an analytical framework and illustration for the cases of Finland and Alberta, Canada. **Ecological Economics**, v. 228, p. 1-10, 2025.
- HORNBORG, A. **Global Ecology and Unequal Exchange: Fetishism in a Zero-sum World**. London: Routledge, 2013.
- LUTZ, B. **Der kurze Traum immerwährender Prosperität. Eine Neuinterpretation der industriell-kapitalistischen Entwicklung im Europa des 20. Jahrhunderts**. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1984.



- LUXEMBURG, R. Die Akkumulation des Kapitals. Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus. In: INSTITUT FÜR MARXISMUS-LENINISMUS BEIM ZK DER SED (org.). **Gesammelte Werke Band 5. Ökonomische Schriften**. Berlin: Dietz Verlag, 1990. p. 5-411.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Karl Marx - Friedrich Engels - Werke. Band 23**. 21. ed. Berlin/DDR: Dietz Verlag, 1968. (MEW 23)
- MARX, K.; ENGELS, F. **Karl Marx - Friedrich Engels - Werke. Band 24**. Berlin/DDR: Dietz Verlag, 1963. (MEW 24)
- McKAY, B. M. Agrarian Extractivism in Bolivia. **World Development**, v. 97, p. 199-211, 2017. DOI: 10.1016/j.worlddev.2017.04.007.
- MIES, M. Kapitalistische Entwicklung und Subsistenzproduktion: Landfrauen in Indien. In: BENNHOLDT-THOMSEN, V.; MIES, M.; VON WERLHOF, C. (org.). **Frauen, die letzte Kolonie. Zur Hausfrauisierung der Arbeit**. Zürich: Rotpunktverlag, 1992. p. 86-112.
- MIES, M. Hausfrauisierung, Globalisierung, Subsistenzperspektive. In: VAN DER LINDEN, M.; ROTH, K. H. (org.). **Über Marx hinaus**. Hamburg: Assoziation A, 2009. p. 255-290.
- MIES, M. **Patriarchat und Kapital**. München: bge-verlag, 2015.
- MÜLLER, B. **Wert-Abjektion. Zur Abwertung von Care-Arbeit im patriarchalen Kapitalismus - am Beispiel der ambulanten Pflege**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2016.
- OKSALA, J. Feminism, Capitalism, and Ecology. **Hypatia**, v. 33, n. 2, p. 216-234, 2018.
- PERELMAN, M. **Classical Political Economy. Primitive Accumulation and the Social Division of Labor**. London: Frances Pinter, 1983.
- RAI, S. M.; HOSKYN, C.; THOMAS, D. Depletion: The Cost of Social Reproduction. **International Feminist Journal of Politics**, v. 16, n. 1, p. 86-105, 2014. DOI: 10.1080/14616742.2013.789641.
- SAAVE, A. **Einverleiben und Externalisieren. Zur Innen-Außen-Beziehung der kapitalistischen Produktionsweise**. Bielefeld: transcript, 2022.
- SCHMIDT, I. Geschichte und politische Ökonomie. In: SCHMIDT, I. (org.). **Rosa Luxemburgs 'Akkumulation des Kapitals'. Die Aktualität von ökonomischer Theorie, Imperialismuserklärung und Klassenanalyse**. Hamburg: VSA-Verlag, 2013a. p. 13-36.
- SCHMIDT, I. **Rosa Luxemburgs 'Akkumulation des Kapitals'. Die Aktualität von ökonomischer Theorie, Imperialismuserklärung und Klassenanalyse**. Hamburg: VSA-Verlag, 2013b.
- SMITH, A. **Eine Untersuchung über das Wesen und die Ursachen des Reichtums der Nationen: in drei Bänden. Band II**. Ed. por P. THAL. Berlin: Akademie-Verlag, 1975.
- SVAMPA, M. **Neo-Extractivism in Latin America. Socio-environmental Conflicts, the Territorial Turn, and New Political Narratives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- TITTOR, A. **Postfossiler Extraktivismus? Muster und Folgen der Inwertsetzung ländlicher Räume in Nicaragua und Argentinien**. Jena: Habilitation, Universität Jena, 2021.
- TITTOR, A. Inwertsetzung, Kommodifizierung und Finanzialisierung. **Handbuch Politische Ökologie**, p. 399-406, 2022. DOI: 10.1515/9783839456279-038.



TITTOR, A. Postfossiler Extraktivismus? n. 1, p. 77-98, 2023.

Sobre a autora

Anna Saave ingressou na Universidade de Leuphana. Concluiu seu doutorado na Universidade Friedrich-Schiller de Jena (2020). Foi pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Humboldt de Berlin e na Universidade Friedrich-Schiller de Jena, além de pesquisadora visitante na Universidade do Estado de Oregon. Atualmente, é *Akademische Rätin* e pesquisadora de pós-doutorado na *Chair of Environmental Planning and Transformation* do *Institute of Environmental Social Sciences and Geography* da Universidade de Freiburg. Seus interesses de pesquisa incluem sustentabilidade, bioeconomia, economia política das florestas, cuidado, reprodução social, metabolismo sociedade-natureza, transformações socioecológicas e ecofeminismo.

A autora é a única responsável pela redação do artigo.

Sobre o tradutor

Lorenzo Bicca Estivallet é Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). Mestre em Filosofia Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGFil-UFRGS). Bacharel em Direito pela mesma universidade. Participa do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL), vinculado ao IESP-UERJ. Atua na área de teoria social, principalmente nos seguintes temas: teoria crítica, estudos urbanos e transformação socioecológica.

